

ATA Nº. 8

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 30-09-2022
--

---No dia trinta de setembro de dois mil e vinte e dois, reuniu, ordinariamente, a Assembleia Municipal do Entroncamento, sob a Presidência de **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado por **Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves**, primeira Secretária e **Ana Cristina de Jesus Almeida Coelho**, em substituição de **Lúcia Dias Abelha**, como segunda-Secretária. -----

--- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

--- Em representação do **Partido Socialista**: os senhores -----

--- Mário André Balsa Gonçalves, Ricardo José Pires Antunes, Francisco José Velez Gaspar, Susana Isabel Caetano Domingos, António Manuel Henriques Miguel. -----

--- Em representação do **Partido Social Democrata**: os senhores -----

--- Carlos Manuel Dores Alves, Nuno Filipe Januário Horta, Susana Paula de Matos Vieira da Cruz, Dominique Gaspar Ventura, Telmo Alexandre Guerra Menino e Teresa Maria de Carvalho Pereira Lucas. -----

--- Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: o senhor -----

--- Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

--- Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: o senhor -----

--- Bruno Filipe Nunes Farinha do Nascimento e Melo -----

--- Em representação do **Bloco de Esquerda**: a senhora -----

--- Maria do Céu dos Santos Carvalho -----

--- Na qualidade de deputados **independentes**: -----

--- Carlos Pedro Lopes Gomes Antunes Monteiro e Fernando Manuel Andrade Farinha. ----

--- Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: ----

--- Rui Cardoso Maurício. -----

--- Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

--- Ezequiel Soares Estrada. -----

--- Não compareceram a esta sessão, cujas faltas justificaram, os seguintes deputados municipais: segunda secretária, **Lúcia Dias Abelha (PS)**, substituída pelo senhor deputado **António Manuel Henriques Miguel (PS)**; **Pedro Miguel Calado Gomes (PS)**, substituído pela senhora deputada **Susana Isabel Caetano Domingos(PS)**; **Leonardo Pinho Rodrigues (PSD)**, substituído pelo senhor deputado **Telmo Alexandre Guerra Menino (PSD)**; **Maria Paula Barral Carloto de Castro**, substituído pelo senhor deputado **Carlos Manuel Dores Alves (PSD)**; **Tiago Nuno Alfaro de Lima Pereira (PSD)**, **Carla Sofia Lopes Sarroeira (CHEGA)**. -----

Todos os deputados em substituição haviam já sido empossados em sessão anterior. -----

--- Estiveram presentes pela **Câmara Municipal** o Sr. Presidente **Jorge Manuel Alves de Faria** e os Vereadores **Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim**, **Carlos Manuel Pires Rei Amaro**, **Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino**, **Anabela Valente de Carvalho**, **Rui Pedro Dias Gonçalves** e **Luís José da Silva Forinho**. -----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e quinze minutos. -----

--- Os trabalhos tiveram início com aprovação da ata número seis relativa à sessão extraordinária de 03 de junho e a ata sete relativa à sessão ordinária de 27 de junho de 2022. Colocadas à aprovação, em separado, foram as mesmas aprovadas por unanimidade pelos senhores deputados presentes nas respectivas sessões. -----

--- Pediu então, que todas as intervenções que fossem feitas e que os Srs. Deputados pretendessem ver incluídas em ata, fossem enviadas com a maior brevidade, para o e-mail da Assembleia Municipal, de forma a facilitar e agilizar a realização da ata. -----

--- Referiu ainda que, de acordo com o parecer da Comissão de Proteção de Dados e da CCDDR Norte também, houve necessidade da assinatura do documento de declaração prévia, para a gravação nas sessões, assim como também se aplica aos munícipes que pretendam intervir, que terão de assinar esta declaração. -----

--- Continuando, o senhor Presidente da Assembleia recordou que todo o expediente recebido tem sido, de imediato, reencaminhado para conhecimento de todos os senhores deputados municipais. De seguida, solicitou que, tendo em conta os vários assuntos constantes da ordem do dia, todos os intervenientes fizessem as suas intervenções com a maior objetividade e clareza possíveis. -----

--- De seguida passou-se ao **PAOD – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo sido feitas as seguintes intervenções: -----

--- **Presidente da Assembleia Municipal:** tomou a palavra para informar que, no passado dia 21 de junho, a Comissão Permanente esteve presente numa audiência na Assembleia da República com os representantes do Partido Socialista, do Círculo Eleitoral de Santarém. Os deputados receberam-nos e a Comissão Permanente apresentou as questões que foram colocadas nas últimas sessões da Assembleia Municipal referentes à problemática da segurança. Na ocasião, os Srs. Deputados comprometeram-se a apresentar essas questões junto dos representantes do Governo, designadamente, Secretário de Estado e Ministro da Administração Interna. -----

Tendo os pedidos de audiência sido feitos a todas as bancadas da Assembleia da República, até à data, apenas o Partido CHEGA respondeu, propondo a realização de uma reunião no dia 4 de julho, a qual não chegou a realizar-se por incompatibilidades de agenda. -----

Foram feitas as seguintes intervenções: -----

---- **Pedro Gonçalves (CSD):** apresentou uma Moção relativa ao Novo Aeroporto no distrito de Santarém que, após concluída com alguns contributos de todos os elementos das bancadas dos outros partidos, abaixo se transcreve. -----

---- Continuando a sua intervenção: «relembrar ainda que o aeroporto caso venha a ser construído, no limite entre S. Vicente do Paul e Casével, em linha reta fica a 15,8 km do Entroncamento. -----

--- A potencialidade é tremenda, acredito que Sr. Presidente do Município, tenha mais algumas informações oficiais, mas inclusivamente, ao que nos consta, poderá até mesmo mudar a linha de alta velocidade portuguesa que foi apresentada ontem. Caso o aeroporto seja em Santarém poderá beneficiar a nossa cidade. -----

Acho que é demais evidente que esta Moção deva ser aprovada e que o nosso Município esteja na crista da onda, a cavalgar desta proximidade do aeroporto.» -----

---- **Ricardo Antunes (PS):** «O deputado Pedro Gonçalves trouxe uma Moção que acompanhando na íntegra todos aqueles que são os princípios de base, eu julgo que havia aqui potencial. Às vezes o tempo também não é nosso amigo e não ajuda que façamos uma redação mais completa, até pela importância que ele aqui ressaltou. Julgo que isto mereceria, como até outros temas, já tivemos essa ação, não quero com isto dizer que não mereça a discussão no fórum hoje, mas acho que poderíamos trabalhar em conjunto, como já demonstrámos que conseguimos trabalhar nesta Assembleia. Para fazer também algo mais fundado e mais

concreto que nos permita também alicerçar uma posição desta Assembleia e todos os órgãos do Município, presumo da importância também já aqui mostrada pelo deputado Pedro Gonçalves. -----

---- É um assunto de tamanha relevância para a nossa cidade. O que encontro aqui são, essencialmente, algumas falhas de redação, pois podemos ter aqui um documento mais completo, quer do ponto de vista de alguns conteúdos que possam ser explicados e até algumas coisas que ficam menos claras. -----

--- Não sei se o Sr. Deputado está disponível para isso, poderíamos fazer aqui um fórum mais alargado de discussão, para termos uma posição clara para ir para a comunicação social como aqui é proposto nesta Moção, com algo mais fundado que demonstre efetivamente esse trabalho. Penso que podemos aqui trabalhar junto das diversas bancadas para podermos trabalhar o conteúdo. -----

--- Há uma reflexão que também temos que fazer. Naturalmente, temos de defender esta situação, inclusivamente hoje vierem a lume a possibilidade de Santarém enquadrar um dos cinco cenários. No conselho executivo da CIMT houve uma apresentação aos Srs. Presidentes de Câmara, da qual saiu uma nota de imprensa que dava nota que se este investimento, efetivamente se realizasse, seria bastante vantajoso para a nossa cidade. -----

--- Em linha reta não interessa muito porque aí temos uma dimensão do impacto ambiental que será o ruído, mas sobretudo a distância que nós temos com as acessibilidades que este aeroporto nos permite, se vier a ser construído, tanto para a cidade do Entroncamento como para esta região, que poderá ganhar outro tipo de preponderância. Em vez do aeroporto do ribatejo podermos ter mais valias em referir que o aeroporto regional de Lisboa está na nossa região. Acho que nos permite sair dessa perspetiva quase provinciana que muitas vezes nos colocam e assumirmo-nos como aquilo que já muitas vezes dissemos, não sermos uma malha de Lisboa mas afirmar características próprias. -----

---- **Nuno Horta (PSD):** «Sobre esta Moção, nós também somos favoráveis a fazer uma Moção conjunta. Por isso concordamos com os fundamentos apresentados, mas ainda assim gostávamos de ir um pouco mais além nesta proposta. O benefício para a região é inegável, não temos dívida nenhuma disso, mas dizer que, quer do ponto de vista da celeridade da execução do projeto, quer do ponto de vista financeiro (as infraestruturas de acesso ferroviárias e rodoviárias estão prontas) esta localização seria muito mais procedente do que escolher outras regiões. Nesse sentido gostávamos de incorporar pelo menos alguns pontos.»

---- **Bruno Melo (CDU):** «Acerca deste assunto do projeto do aeroporto temos cinquenta anos de espera, temos cinquenta anos de projetos, de estudos e sabemos que não há soluções perfeitas. Quando falamos de situações que não são naturais, como é o caso dos aviões, há sempre impactos, há sempre estudos e mais estudos. Temos muito receio que a cidade ou a zona de impacto de Santarém, seja mais um elemento para o processo, seja mais objeto de estudo, mais um objeto de tempo e o país não pode esperar mais. Entendemos que há soluções que estão definidas. Alcochete é uma solução que nos parece vingar menos e somos de opinião de não perder tempo e dar seguimento ao projeto do aeroporto que faz falta ao país e servir a sua capital que é Lisboa. Não obstante, estamos evidentemente abertos a todas as situações que possam melhorar e servir o nosso concelho. -----

--- Contudo, numa perspetiva mais nacional do que local, entendemos o que expomos e não fechamos o diálogo e estamos abertos a incluir alguns elementos que possam ajudar a Moção proposta, dada a poder ajudar o Município do Entroncamento.» -----

---- Seguidamente, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Presidente da Câmara:** --

---- **Presidente da Câmara** esclareceu que: “ontem na primeira hora da reunião da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, foi feita a apresentação deste projeto. A ideia

com que ficamos foi de que é um projeto consistente e que está bem estruturado em termos técnicos e financeiros e pode arrancar de imediato se tiver luz verde. -----

---- Deste projeto, de acordo com os promotores, realçar o grupo português que está por trás deste trabalho, o Grupo Barraqueiro, que é sem dúvida hoje um dos grupos económicos em Portugal, ligado aos transportes públicos (rodoviários e ferroviários) e não só ao transporte da Fertagus. Também está em concurso para explorar o canal ferroviário Braga, Faro, que está a ser explorado pela primeira vez em Portugal. -----

--- É um projeto muito credível e é inegável a importância que um projeto desta natureza teria para toda esta região, a prova disso é que ontem na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria todos os presidentes concordaram em apoiar este investimento pela importância que poderá ter para a região e gradualmente todos nós estamos a dar apoio. -----

---- Também é um projeto que foi um dos identificados para integrar a *short list* que o Governo definiu para ser alvo de estudo ambiental estratégico. -----

--- Na hipótese de não ser contemplada com essa opção, os promotores não põem de parte a possibilidade de poderem desenvolver um projeto mais de natureza regional, caso não seja a opção do Governo. -----

--- Para terem uma ideia dos impactos destas matérias para a região, por cada milhão de passageiros, há uma criação de 820 postos de trabalho diretos e o triplo indiretos, ou seja, o aeroporto da Portela hoje estará perto dos trinta milhões de passageiros. Ora, este projeto se atingir esses trinta milhões, será considerável o impacto a nível da criação de postos de trabalho diretos e indiretos. Este projeto está montado em cinco cenários: um cenário apenas com uma pista que seria um modelo de complementaridade à Portela. Pode evoluir até três pistas e ter até cem milhões de passageiros, mas num cenário relativamente rápido, a quinze anos, pode chegar aos cinquenta milhões. Parece-nos ser um projeto a apoiar, uma ideia que é muito interessante. O trabalho foi iniciado há três anos, um conjunto de trabalhos técnicos de grande relevo. O processo, neste momento, está em condições, caso o Governo opte por esta opção, para daqui a um ano ou dois, poder começar a ser construído. -----

--- Nesse cenário, questionados quando poderia o aeroporto estar em funcionamento, foi dito que seguramente antes do Mundial de Futebol 2030, organizado por Portugal e Espanha. ----

--- Antes de 2030 este aeroporto vai estar a funcionar, também o deputado Pedro Gonçalves já falou numa *nuance* importante porque este aeroporto não necessita de grandes infraestruturas porque já existem. Como exemplo, o aeroporto de Alcochete precisa de uma nova travessia do Tejo, só isso custará tanto como um novo aeroporto. -----

--- No Plano Nacional de Investimentos da ferrovia também apresentado esta semana, está prevista a construção de mais duas vias de Azambuja a Lisboa e a melhoria do troço Entroncamento a Vale de Santarém. São investimentos que estão previstos independentemente desta hipótese do aeroporto. Se porventura esta hipótese do aeroporto se concretizar, obviamente reforça a importância desse investimento e também a possibilidade do próprio TGV poder fazer uma flexão que, conforme foi anunciado, vai ser começado a construir de Norte para Sul também já se põe a hipótese de haver aqui na região Amiais uma paragem de TGV e pudesse fazer a ligação desta região. -----

--- Um investimento muito importante e não se limita ao concelho de Santarém, abrange também áreas como Santarém, Alcanena, Torres Novas e Golegã.” -----

---- Por último, o deputado Ricardo Antunes, passou a ler a Moção que após serem feitas ligeiras alterações com os contributos dados, ficou um documento mais consensualizado: ----

-----«**Por um novo aeroporto**»-----

A necessidade da construção de um novo aeroporto é algo incontornável. -----

---- O aeroporto Humberto Delgado está esgotado e não serve as necessidades do nosso país.

---- Neste momento, estima-se que o custo de uma não decisão, ou a não, de realização de uma infraestrutura que substitua ou complemente a oferta atual representará cerca de nove mil milhões de euros até 2027, perdas entre VAB não realizado e impostos não recebidos. -----

--- Importa por isso ser célere e refletida, a decisão por uma infraestrutura que sirva com efetividade o país nas próximas décadas, que não pode mais estar sujeita a impasses e contingências. -----

--- Sabemos que, hoje em dia, um aeroporto moderno necessita de ser grande e ter capacidade de expansão, com o intuito de poder acompanhar o aumento da procura. -----

--- Há a necessidade de construir um aeroporto que possa servir o centro sul do país e não só a grande Lisboa, mas que ao mesmo tempo não esteja a mais de uma hora da capital, tenha vias de comunicação rápidas e que privilegie os meios de transporte amigos do ambiente, como o comboio. -----

--- Desta forma, esta região, pelas suas acessibilidades rodoviárias e ferroviárias, assume uma posição privilegiada. A localização na zona de Santarém, é uma implantação que privilegia tanto o fator transportes rápidos e acessíveis, a centralidade territorial e como o enquadramento com vias de comunicação atuais e futuras (como a nova linha de Alta Velocidade). -----

--- O benefício para o país é inegável, quer do ponto de vista da celeridade da execução do projeto, quer do ponto de vista financeiro, já que a maioria das infraestruturas de acesso, ferroviárias e rodoviárias, são preexistentes e estão, portanto, aptas a ser utilizadas, quer porque a maior parte do investimento que falta realizar será garantido por fundos privados. --

--- Um novo Aeroporto, nesta localização, irá permitir potenciar ainda mais o *cluster* ferroviário, com todos os benefícios socioeconómicos e ambientais daí inerentes. -----

--- É estimado que por cada milhão de euros de investimento nesta solução sejam criados 820 postos de trabalho diretos. Um efeito relevante para promover a homogeneização do desenvolvimento económico e social do país, no combate às assimetrias regionais. -----

--- Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento considera que um Aeroporto nesta localização, é, portanto, uma mais-valia para o país e, obviamente, para a região e para a nossa cidade, consubstanciada com o rápido reconhecimento e integração na Avaliação Ambiental Estratégica que está a ser desenvolvida.» -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO «Por um novo aeroporto»: -----

---- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi colocada à votação esta Moção, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com oito votos a favor do Partido Socialista; sete votos a favor do Partido Social Democrata; dois votos a favor dos deputados independentes Carlos Monteiro e Fernando Farinha; um voto a favor do Bloco de Esquerda; um voto a favor do Centro Democrático Social; dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia e um voto contra da Coligação Democrática Unitária. -----

---- **Maria do Céu Carvalho (BE):** Fez a seguinte intervenção: «também estamos preocupados com a questão da ferrovia. Este assunto para mim é sempre muito importante e interessante, porque sou filha e esposa de ferroviários. É sempre um assunto de grande importância porque, costumo dizer aos meus amigos e aos meus alunos, que se o meu pai não fosse ferroviário eu não teria ido estudar, porque foi graças ao passe que o meu pai me deu que consegui deslocar-me para Coimbra para estudar. -----

--- Portanto, numa altura em que estamos a falar, de grandes investimentos, também nos preocupa esta questão. No semanário expresso vai sair uma reportagem que penso ter a ver com o que o Sr. Presidente da Câmara disse.» Leu, de seguida, a seguinte moção:-----

-----«**Moção: Pela modernização do serviço ferroviário convencional**»-----

Recentemente, o governo anunciou vultuosos investimentos na ferrovia, de que se destaca a construção da linha de alta velocidade, entre Lisboa e Porto, com traçado próximo do litoral. Pela nova linha circularão não só as composições de alta velocidade, mas também os comboios intercidades entre Lisboa e o norte do país. -----

O anúncio destes investimentos é acompanhado pelo público reconhecimento do transporte ferroviário como o transporte do futuro, importante fator de coesão regional e nacional, modo de transporte mais económico e ambientalmente mais sustentável. -----

No entanto, continua muito atrasada a modernização da linha do Norte, eixo estruturante do sistema ferroviário convencional e crucial para regiões do interior. A modernização do troço ferroviário Santana/Cartaxo – Entroncamento está por concluir. -----

A modernização da própria estação ferroviária do Entroncamento, ou a construção de uma nova estação, apesar de insistentemente reclamada, continua afastada dos planos e dos anúncios para o futuro. -----

Ora, para além de contradizerem o reconhecimento público sobre a importância da ferrovia, estes recorrentes atrasos e omissões entram em total contradição com as necessidades da nossa cidade, da nossa região e do nosso país. -----

A linha Norte é a principal linha ferroviária do país, uma verdadeira espinha dorsal da rede, pelo que representa um eixo estruturante no combate à interioridade e ao acesso destes territórios à mobilidade sustentável e, consequentemente, a novos paradigmas de desenvolvimento económico e social. -----

Apesar da existência de procura, com a capacidade e o potencial de aumento de velocidade da linha do Norte praticamente esgotado, não é possível aumentar a oferta de serviço ferroviário no eixo entre o Porto e Lisboa. -----

No entanto, os vultuosos fundos comunitários que se anunciam não podem servir apenas para aproximar Lisboa do Porto, pelo litoral, esvaziando os interiores entre as duas grandes áreas metropolitanas. Uma nova linha de alta velocidade não pode traduzir-se em degradação da oferta do serviço ferroviário na linha do Norte, fazendo esperar, conforme o que vai sendo veiculado pelo governo, a importante complementaridade, garante da universalidade do acesso e da valorização da ferrovia como estruturante no transporte de pessoas e bens. -----

Nestas circunstâncias, a Assembleia Municipal do Entroncamento reclama do governo:

- A conclusão da modernização da Linha do Norte, em especial do troço Santana/Cartaxo — Entroncamento; -----

- A construção de uma nova e moderna estação ferroviária, no Entroncamento;» -----

---- **Ricardo Antunes (PS):** «Em relação a esta Moção, a bancada do Partido Socialista, naturalmente e como em ocasiões anteriores, é-lhe favorável. Este é um assunto sobre o qual várias Moções foram aprovadas nesta casa, muitas delas com o mesmo conteúdo, surgem agora novas nuances, como a relançada questão da altavelocidade. Gostaria, no entanto, de deixar uma única nota, reiterando que, naturalmente, o Partido Socialista concorda com todos os pressupostos, como já concordou anteriormente. Deixo uma nota em relação ao terceiro ponto da partedeliberativa que fala da manutenção da oferta, ou melhor, da não redução da ofertada linha do Norte. Julgo extemporânea a forma de redação, uma vez que no próprio comunicado de imprensa sobre o lançamento da nova linha de alta velocidade e até nas FAQ sobre isto, no site do Governo, consta exatamente a incapacidade da linha do Norte de acomodar mais tráfego. Compreendendo quer o operador, quer o Governo, que este canal é insuficiente para alargar o serviço naquilo que é a estratégia para fomentar o uso de transportes mais amigos do ambiente e sustentáveis, aquilo que pretendem criar é uma alternativa com um serviço diferenciado, nomeadamente aquilo que poderá ser um serviço sem paragens, uma ligação Lisboa/Porto com impactos ambientais substancialmente mais baixos aos causados pela ponte

aérea Lisboa/Porto, com uma duração semelhante (uma hora e quinze minutos), conforme se prevê. Ora, o objetivo foi manifestado com clareza: reforçar a oferta que neste momento a linha do Norte já não consegue comportar e não, diminuir a importância da Linha do Norte que se mantém como essencial. À exceção desse ponto, estamos de acordo com todas as matérias aqui expostas e amplamente discutidas. Inclusivamente, no que concerne à estação e fazendo aqui menção a uma iniciativa da concelhia do Partido Socialista, o “Roteiro pela Ferrovia”, quisemos falar com os principais atores nesta novela, que já assistimos há demasiado tempo: a nossa estação. Nesta iniciativa, convidámos a Infraestruturas de Portugal, mais concretamente a IP Património que é responsável pela gestão das estações ferroviárias, tendo sido, nessa altura, manifestado por nós o que pretendia a população para a estação e manifestado abertamente o reconhecimento da necessidade de intervenção pela IP Património que nesse dia iniciou a reflexão para criar uma solução. -----

---É obvio que podemos aqui dissertar sobre vários potenciais projetos ou exigir as várias soluções incomportáveis financeiramente sobre as quais já falamos várias vezes neste mesmo fórum. Eu, particularmente, entre coisa nenhuma e uma solução, prefiro uma solução. Uma solução como já defendemos, mais recentemente com a aprovação de uma Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda que corresponda ao que se exige: comodidade, segurança e conforto para os utilizadores. Por isso reitero, que qualquer solução que garanta tudo isso, sendo colocada em cima da mesa, deve ser uma solução que merece o nosso apoio. Tal como no caso do aeroporto, não percam tempo também com novas contingências e debates que depois acabam por ser estereis em soluções efetivas. -----

---Como disse, em relação aos considerandos nada se opõe e todos eles já foram várias vezes validados aqui nesta mesma Assembleia. Julgo que era importante ter unanimidade mais uma vez e que não nos debruçássemos sobre o terceiro ponto do texto deliberativo. Não obstante, de se fazer alguma reformulação de forma no próprio texto de fundamentação da Moção, reforçando a importância da Linha do Norte, já manifestada na apresentação do projeto da rede de Alta Velocidade. Se houvesse esta disponibilidade da deputada do Bloco de Esquerda, julgamos que fosse positivo. Todavia, a moção merecerá o nosso voto de favorável.» -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO «Pela modernização do serviço ferroviário convencional»: ---

--- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi colocada à votação esta Moção, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com os seguintes votos favoráveis: oito votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, dois votos dos deputados independentes Carlos Gonçalves e Fernando Farinha, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- Dando continuidade à sessão, intervieram:-----

--- **Maria do Céu Carvalho (BE):** «Penso que estas questões foram colocadas pelos eleitores e que chegaram até nós, penso que só o Sr. Presidente estará em condições para responder, que tem a ver exatamente com a utilização deste espaço. Alguém me colocou esta pergunta para trazer até aqui: qual a gestão que é feita do cineteatro? Será que não deveria de existir um serviço pedagógico, a Câmara e os serviços culturais não deveriam dispor de um site profissional eficaz sobre o Cineteatro e o Centro Cultural? -----

Na verdade, depois disto, tive a curiosidade de ir pesquisar alguns *sites* vizinhos a nível cultural e verifiquei que têm uma informação mais precisa. -----

Pergunto o que está previsto a nível de gestão cultural, se vamos continuar a ter espetáculos desgarrados, avulso ou ocasionais, sem uma estrutura coerente, ou se passamos a ter agenda trimestral, pensada, elaborada, eclética e com acomodação da extensão pedagógica para as escolas, associações e agentes locais. -----

Um segundo assunto: que destino para o Estúdio 121? Porque não é usado ou concessionado como por exemplo para sessões de cinema de autor?» -----

--- **Susana Vieira da Cruz (PSD):** Relativamente ao tema da Segurança, e em concreto a realização de um estudo de implementação de um sistema de videovigilância com a colocação de câmaras, a Bancada do PSD sabe que o Senhor Presidente da Câmara já terá consultado ou reunido com outras autarquias e a PSP acerca desta questão, mas desconhecemos se o estudo já está em curso ou não, e em caso de resposta afirmativa, para quando o resultado do mesmo.

--- Reiteramos não só a importância de se implementar rapidamente um sistema de videovigilância com a colocação de câmaras em várias zonas críticas e estratégicas da cidade, como também a eficácia deste sistema, entre o mais, na prevenção de prática de crimes, o que sabemos, que também é uma preocupação, e bem, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de N. Senhora de Fátima, conforme afirmado ontem pelo próprio Sr. Presidente de Junta Ezequiel Estrada em reunião de assembleia de freguesia. -----

--- Dito isto, solicita-se ao Sr. Presidente da Câmara, cabal informação acerca da fase em que se encontra a realização do suprarreferido estudo. -----

--- **Telmo Menino (PSD):** «O que me traz aqui hoje é sobre o ponto da situação do JISMBA - Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner Andresen. -----

--- O Município do Entroncamento, a partir de 19 de março de 2021, encerrou o JISMBA dizendo não garantir a segurança das crianças e profissionais, após o relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil mencionar que a condição estrutural do edifício não oferece condições de segurança, transferindo todas as crianças que frequentavam este estabelecimento de ensino para outros Jardins de Infância da Cidade. -----

--- Neste sentido, aprovou um projeto de demolição e a proposta para contratação para a empreitada da construção do JISMBA. No entanto, a obra acabou por não ser adjudicada por falta de propostas válidas. -----

--- Posto isto, queríamos manifestar a preocupação sobre esta matéria importante pelas implicações que tem no sistema educativo a cada ano que passa, ou mesmo cada mês ou cada semana. Nós temos mais alunos e alunas novos, neste nível de ensino, mas também como em todas as escolas e sabemos também que as escolas que receberam estes alunos do JISMBA, estão sobrecarregadas. -----

--- Um exemplo prático: a minha filha frequenta o terceiro ano da Escola Básica do Bonito e também a CAF, dinamizada pela Associação ENCOPROF, de forma a dar resposta à ocupação dos tempos livres das crianças entre horários de entrada e saída das aulas e a incompatibilização deste com os horários dos encarregados de educação com elementos do agregado familiar, nomeadamente numa ótica de promoção do crescimento saudável e do bem-estar das crianças. Quando frequentava o primeiro ano daquela escola, antes de isto acontecer, havia duas salas dedicadas a este espaço: uma componente mais didática e outra numa componente mais lúdica. No segundo ano, ou seja o ano passado, o espaço foi reunido numa sala pela necessidade de acolher novos alunos e este ano, este espaço dedicado à CAF. Corresponde a um espaço improvisado no espaço do corredor. De vez em quando, vamos tendo uma sala conforme a disponibilidade; não existe um espaço que realmente comporte a CAF; não se vê claramente a sobrelotação que evidenciamos, nas escolas básicas e jardins de infância da nossa cidade. -----

--- Perante o exposto queremos saber o ponto da situação em relação à empreitada da construção do JISMBA, se já existe alguma proposta válida e quando pensam dar resposta também da sobrelotação das escolas?» -----

--- **Pedro Gonçalves (CDS):** «Dois pontos demais importantes, um deles acabou de ser tocado pelo meu colega. Durante quatro anos fiz parte da Associação de pais da Escola Básica da Zona Verde e dois tive o privilégio de ser Presidente. É com alguma tristeza que vejo como se têm tratado não só os alunos que usufruem das CAF's, como a obra que tem sido feita pelas

Associações. Na Escola Básica da Zona Verde, existem várias coisas, desde a biblioteca, que foram construídas e conseguidas pelo empenho da Associação de pais e vemos que agora, derivado a uma sobrelotação, estamos a deixar de ter a qualidade a que nos habituou que era algo fundamental e hoje vejo mais difícil de dar continuidade porque não existem salas suficientes e têm que rever protocolos. É algo que não consigo compreender. -----

--- A escola foi feita e potenciada, sabendo que aquelas duas salas eram para a CAF, mas Sr. Presidente, caros Deputados, um dia deveríamos fazer uma Assembleia Municipal, acerca da Educação, bem-feita e ter aqui perguntas bem-feitas para que as pessoas nos possam responder se conseguirem, se souberem, ou se realmente tiverem a coragem de dizer tudo aquilo que está para trás. -----

--- Eu hoje estou triste porque a democracia é algo que estimo imenso e se estou na Assembleia Municipal e ligado à política é porque estimo a democracia e luto para que ela seja realmente, uma democracia eficaz. -----

--- Na passada reunião de Câmara assistimos a um cenário tristíssimo para a nossa democracia local. Um vereador que levou a observar que está escrito nos estatutos legais do eleito local. Algo muito mais do que o observar, o que nos dizem a nós, aquilo que os técnicos preparam e o que os médicos nos dizem, algo que a meu ver (não sou nenhum jurista) mas ultrapassa o dever de sigilo que cada um de nós tem quando recebe a documentação da reunião de Câmara ou da Assembleia Municipal. Não posso afirmar, mas a mim alguma coisa foi ultrapassada. ---

--- Mais triste do que isso, foi observar Excelentíssimo Presidente do Município, depois de algo que aconteceu, que nos choca a todos que somos democratas, o Sr. Presidente retirar o *ponto* porque existem novos factos. Com toda a estima que tenho por todos os eleitos locais, enquanto eleitos locais não somos assistentes sociais, não somos médicos, somos eleitos locais. E ao ser eleito local eu posso avaliar alguém, eu posso dar considerações acerca da vida pessoal de alguém? Não posso, não percebo porque é que se retira um “Ponto” porque existem novos factos e depois observamos que temos na região no Centro do país, a maior taxa de funcionários a pedir mobilidade, porque será? Se calhar até nestas pequenas coisas se sentem desacreditadas, se sentem humilhadas porque o trabalho que o IMT fez, o que os funcionários do Município fizeram, foi mandado “*por água abaixo*”, porque existem “novos factos”. -----

--- Lamento. Não é esta a democracia que defendo e não é esta a democracia que todos os eleitos locais, que estamos nesta Assembleia defendemos. “*Cada macaco no seu galho*”, diz o povo “*a César o que é de César*” está escrito num livro com mais de dois mil anos. Algo aqui não está bem. -----

--- E é com muita tristeza que quero dizer que este clima de suspeição sobre tudo e todos, sobre o IMT, sobre os médicos que fizeram tudo aquilo é triste e não podia deixar de dizer que hoje e durante estes dias, a minha parte democrática tem de estar triste. Equaciono e equacionei o meu lugar na política. Para mim e para qualquer um de vocês acredito não é isto.» -----

--- **Nuno Horta (PSD):** «A bancada do PSD gostava de apresentar aqui dois pontos: primeiro o que o nosso colega Deputado Pedro Gonçalves acabou de frisar também e com o qual nós nos revemos. Não deixamos de dizer que seja um processo complexo. Tem duas vertentes: uma puramente administrativa de atribuição de lugares de estacionamento para uma pessoa com mobilidade reduzida e outra eventualmente de caráter social. Quanto à primeira vertente e como foi afirmado consecutivamente na reunião de 20 de setembro, pelo Sr. Vereador Carlos Amaro, o processo está bem instruído e bem documentado, cumprindo todos os pressupostos para a sua aprovação. A outra vertente será o eventual problema social existente, que deverá ser analisado pelos serviços sociais da Câmara Municipal do Entroncamento, mas que não influi em nenhuma decisão da primeira vertente, por isso poderia ter sido posta para deliberação, ou seja, uma aprovação ou não, mas não deveria ter sido retirado o “Ponto”. -----

--- Não se percebe, portanto, porque é que após o Vereador não inscrito na nossa Câmara Municipal do Entroncamento, ter trazido uma situação de caráter social, o nosso Presidente tenha retirado o “Ponto” para a aprovação. Gostávamos de ter um esclarecimento sobre isto. -

--- Também gostava de trazer um ponto sobre a Delegação de Competências para a limpeza da Freguesia de N.ª S.ª de Fátima. Na reunião da Assembleia de Freguesia de N.ª Sr.ª de Fátima que teve lugar ontem dia 29 de setembro, o Presidente da Junta de Freguesia, veio queixar-se que no âmbito da Delegação de Competências por parte da Câmara Municipal do Entroncamento, só possuía dois funcionários dedicados à limpeza, ao invés dos oito que já teve e, por esta razão, informou que não pode fazer face às necessidades de limpeza da Freguesia. Vimos por este meio questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca desta situação.» -----

--- **Dominique Ventura (PSD):** «O Parque Verde do Bonito é um dos locais mais agradáveis do nosso município e, felizmente, bastante usado pelas famílias, pelas crianças e até por desportistas. É natural que o material se desgaste e isso, neste momento, é por demais evidente e nada justifica este desleixo num local tão frequentado e tão importante. As pontes precisam urgentemente de reparação, os pesqueiros estão perigosos, assim como os passadiços em madeira. Estes passadiços têm remendos, buracos e, pior, parafusos saídos que podem magoar ou ser motivo para alguém tropeçar, como é fácil verificar na praça da alegria na zona norte do parque. -----

--- As reparações devem ser realizadas rapidamente para evitar problemas graves. -----

--- O Parque Verde do Bonito é uma referência na nossa cidade do ponto de vista turístico e as pessoas merecem ter um espaço agradável do ponto de vista estético, mas também com tolerância zero a acidentes.» -----

--- **Bruno Melo (CDU):** «Apresento três pontos. O primeiro tem a ver com o funcionamento da Assembleia Municipal e gostava de pedir aqui um enquadramento ao Sr. Presidente, porque houve uma comunicação que chegou às associações da nossa cidade, e bem, a congratular-se com os méritos que têm obtido nos últimos tempos, nas atividades que se propõem executar, mas estranhámos, referimos as associações e depois particularizar algumas, excluindo outras. É claro que não podemos incluir todas, porque são bastantes, mas o critério parece-nos confuso e creio não ter sido essa intenção daquela comunicação. Ainda nesse sentido, entendemos que deve ser dada uma palavra às associações excluídas, e muito particularmente o Parafuso, que é uma associação que bem conheço, que está aqui presente e acho que nos ficava bem. -----

--- Podíamos esclarecer algum aspeto em que possamos eventualmente ter falhado ou enquadrar de facto qual o critério. -----

--- Um segundo ponto tem a ver com o aspeto da nossa cidade. Não tem a ver com a Assembleia Municipal, mas com o nosso executivo e pedir ajuda deste mesmo para podermos pegar no assunto. -----

--- O aspeto da nossa cidade, descuidado, triste, abandonado e de forma muito concreta, pelo menos os acessos à nossa cidade, Vila Deolinda, na Rua D. Afonso Henriques, Rua Latino Coelho, n.º 23, há uma árvore a nascer dentro de uma casa abandonada é a natureza a tomar conta de uma cidade. -----

--- A nossa rotunda do hospital. Sabemos que é da Câmara Municipal da Barquinha, mas façam pontes entre Municípios, o que é que podemos fazer como é que podemos ajudar, como é que podemos resolver aquele aspeto de casas abandonadas, as portas abertas, espaços vandalizados, derrubem, construam, decorem, urbanizem, o que seja. Eu sei que é da Câmara Municipal da Barquinha, mas apelamos ao executivo que possa intervir, nesta matéria e no que possamos ajudar, por favor disponham. -----

--- O nosso mercado semanal que tem a vedação do lado Sul danificada há muito tempo, é um acesso vandalizado, é um espaço que não deve servir de acesso ao mercado, mas é utilizado reiteradamente, algo tem que ser feito. Não dignifica o nosso mercado. -----

--- Aspetos de segurança: Rua da Caridade, ao pé do antigo Mini Preço. Há uma grelha de escoamento de águas, que está aberta, há espaço para tropeçarmos, para cairmos, pessoas que passam, junto à via pública, pedíamos a nossa intervenção neste assunto. -----

--- Depois, porque sabemos os tempos que se avizinham e não podemos prever quando vai chover, muito ou fora do normal, vamos limpar as sarjetas, vamos tratar das limpezas, dos escoamentos de águas, vamos evitar, na medida do possível (estou certo de que estão a fazer o vosso melhor) mas que fique aqui reiterado este nosso desejo: que não se verifiquem as situações habitualmente verificadas, com é o caso das enxurradas e das chuvas fora do normal.

--- Por último, e não menos importante este “ponto” que aconteceu na última reunião e que nos preocupou. Verificou-se algo insólito: foi levado a votação por este executivo a criação de um lugar de estacionamento para uma pessoa com mobilidade reduzida, na Rua Mestre de Aviz. É importante notarmos, nesta análise, que não se trata de um lugar privativo, ou exclusivo, a este ou aquele munícipe. Sucede que pelo que se pode perceber e era importante que ficasse claro, alguém terá dotado um Vereador, de dados, que lhe permitiram que tenha assumido funções de fiscal ou até de assistente social. Este fez-se valer destes dados para promover pessoalmente uma visita ao requerente e poder aferir que este não tem carta, se não tem carta e apesar de ter 88%, de incapacidade e ter 82 anos, não carece de poder utilizar um lugar reservado a pessoas com mobilidade reduzida, apesar de outros institutos, designadamente o IMT, prover esta pessoa de um dístico de estacionamento de mobilidade reduzida. -----

--- Isto vai mais além: este mesmo assistente, ou Vereador, conseguiu também aferir que habitualmente esta pessoa é conduzida por uma pessoa com 90 anos, que não vê, não ouve e que não tem condições para conduzir. Portanto o requerente não tem direito a ter um lugar de estacionamento porque habitualmente é conduzido por alguém que não vê e não ouve. Ainda assim o IMT, provavelmente errado, terá dotado esta pessoa de um dístico de estacionamento.

--- Sem entrar em grandes detalhes perguntávamos a este executivo no Sr. Presidente por si representado, quatro pontos muito concretos: gostaríamos de saber quando é que foi assinada uma declaração de consentimento de dados por parte do requerente de modo que estes dados pessoais pudessem passar para elementos do executivo; o processo de requerimento não carece para sua avaliação dos dados da pessoa, muito menos da sua morada e nome; gostaríamos também que fosse trazida a esta Assembleia o parecer do responsável do tratamento de dados do Município do Entroncamento. -----

--- O terceiro ponto, e este passa a ser regra para este tipo de atribuição de criação de lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, qual é o enquadramento legal que legítima que passe a ser. -----

--- E por último, perguntar se nessa zona na Rua Mestre de Aviz, estamos a respeitar o rácio, a relação entre a oferta e a procura que emana da Lei em termos de lugares para estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida e podermos quantificar quantos desses lugares existem na Rua Mestre de Aviz». -----

--- **Ricardo Antunes (PS):** “Muito telegraficamente, eu queria colocar aqui uma questão que acho muito pertinente e inclusivamente fui abordado sobre isso. Estão pelo menos dois investimentos perspectivados na ordem da mobilidade do Entroncamento. Um já está executado e muito já falámos na última reunião que já beneficiou as pessoas com mobilidade reduzida que foi a intervenção para a mobilidade inclusiva. -----

Gostaria de saber essencialmente qual o ponto da situação dos investimentos da rede das bicicletas partilhadas e da substituição da frota dos transportes urbanos por viaturas elétricas e ao mesmo tempo deixar um desafio para, com esta nova frota, podermos repensar aquilo que será o futuro dos TURE. -----

Se nos remetermos apenas por considerar um serviço classe jovens e para os nossos mais idosos ou se pode ser efetivamente uma valência para a mobilidade das pessoas. -----

Podemos aqui lançar até uma aproximação às pessoas, de forma a reestruturar o serviço que lhes seja cómodo, usarem nas movimentações para a estação. -----
Já assistimos a um momento que se assentou nos movimentos pendulares. Uma grande medida implementada que trouxe outro dinamismo ao Entroncamento, bem como para a fixação de pessoas, deixo também aqui um desafio. -----
Gostaria de saber qual o ponto da situação destes dois investimentos que acho que são importantes embora tenhamos uma extensão territorial pequena, mas até pelas razões que referi há pouco da importância de apoiar os nossos seniores e as crianças poderem ter acesso não só ao autocarro, mas também a uma rede de bicicletas partilhadas que permita hábitos de vida saudável. É que muitos não têm acesso a bicicletas e não têm garagens e como nós sabemos, muito do nosso parque habitacional são prédios que não lhes permite ter estes equipamentos individuais, é sem dúvida uma boa medida que urge ser implementado. -----
Em relação aquilo que foi perpendicular a todas as intervenções, não vou tecer comentários, vou apenas evocar Karl Popper e o “Paradoxo da Tolerância”. A invocação reiterada do “é da minha opinião” normalmente tende que se exija tolerância ilimitada com intolerância, isto é um fenómeno que conduz ele próprio à fomentação da intolerância.» -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

--- Tendo havido inscrições para a Intervenção do Público, conforme estipulado no Edital de 2 de dezembro de 2021 e nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 28/20, de 28 de julho, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos seguintes munícipes: -----

---- **Fernando Manuel Castanheira Cordeiro:** “Saiu um Edital em Diário da República, que dizia onde iria ser construída a 1.ª fase de habitação social e para as pessoas se pronunciarem em determinado prazo. Nós pronunciámo-nos, dentro do prazo e entregue na Câmara. Posteriormente, tivemos um convite, por parte do Senhor Presidente, para nos reunirmos em data acordada. -----

--- O Senhor Presidente apresentou-nos o Plano, que já está aprovado na Câmara. Mas a noção que nós temos, é que o sítio onde iria ser construído, não foi aprovado na altura e agora era a fase de discussão sobre esse local. Eu posso dizer que morei, até aos meus trinta e poucos anos, junto de um Bairro Social enorme, que, comparado ao Entroncamento, ao que se quer fazer no Entroncamento, será idêntico. -----

--- As Câmaras, na altura da vinda dos retornados, construíram, e bem, para acomodar as pessoas, as gentes que vinham de lá com “uma mão à frente e outra atrás”. Só que isso não foi bem pensado, não foi bem estruturado e o que aconteceu são aqueles bairros à volta de Lisboa, margem sul do Tejo, onde eu vivia, onde eu comprei casa ao pé de um bairro desses, no Vale da Amoreira e ainda hoje lá tenho a casa, pois nunca a consegui vender. -----

--- Regressei ao Entroncamento, a minha mulher é do Entroncamento, os avós eram ferroviários e viviam no Bairro Frederico Ulrich. Entretanto faleceram e a casa foi entregue a outras pessoas. E a questão tem a ver com a localização e a forma como se quer construir. Nós achamos que o Entroncamento não deveria cometer o mesmo erro que outras Câmaras. Podíamos ser mais inteligentes que os outros e fazer um estudo e falar com quem sabe e vamos construir de forma diferente, mais virados para o século XXII e não voltar ao século XIV ou XV. -----

--- O Bairro Frederico Ulrich, que agora até lá tem uma pista, para as pessoas andarem de bicicleta, andarem a pé e, quem não mora lá ou quem não está lá o dia inteiro, como eu já estive a apreciar, posso dizer-lhes que a zona de pista, ciclovias, passeio ao pé do bairro Frederico Ulrich, não é utilizado por ninguém, as pessoas começam mais à frente, na zona da Central Elétrica. É estigma? É das pessoas que lá vivem? Mas isto não é de agora, há centenas de anos que é assim. -----

--- Posso dizer-lhes que no Bairro perto de onde eu morei, Casal da Amoreira, a grande parte da criminalidade não era das pessoas que lá viviam, mas, como eram pessoas necessitadas, albergavam determinados indivíduos que praticavam determinados crimes. E isto pode acontecer em qualquer lado. E aqui é muito fácil que isto venha a acontecer. -----

--- Aqui a questão passa também por aquela zona, que é uma zona que todos nós que ali moramos e que já estamos habituados ao que se passa naquela zona, esperávamos que com aquelas obras, que fosse ali o início ou o fim de todo aquele complexo desportivo que temos até ao Bonito. -----

--- Portanto, estar a meter em oito prédios pessoas que estão habituadas a viver individualmente ao lado uns dos outros, metê-los em cima uns dos outros, para quem não conhece o que é a etnia cigana é um dos maiores erros que se pode cometer. Eles não conseguem e não gostam de viver assim. -----

--- Eu não sou nem de extrema-direita, nem de extrema-esquerda, não sou racista, não sou xenófobo e represento muita gente que não o é. -----

--- Continuem a fazer naquele espaço o complexo desportivo! Há outras valências que são necessárias para jovens, de forma a complementar o parque desportivo, de zona de lazer. -----

--- Agora aquilo que se pretende fazer, colocar aqueles imóveis todos no mesmo sítio, concentrar ali oitenta e tal famílias, ou lá o que seja, hoje, no século vinte e um, não é lógico. -

--- Quero apenas dizer que se pense melhor, que os distribuam mais, não os juntem. -----

--- O Senhor Presidente, na nossa reunião, disse-me: “nós tivemos um problema nas escolas, no primeiro ano, em que juntámos os alunos todos de etnia cigana. Aquele ano foi terrível e, no ano a seguir, tomámos a opção de os dividir e aí, já minimizámos os problemas. -----

--- Então, qual é a diferença daquilo que fizeram na escola, para aquilo que estão agora a querer fazer? -----

--- **Fernando José Guia Barbosa:** O que me traz aqui hoje, foi um ofício recebido da Assembleia Municipal, com felicitações aos Clubes e Associações do Entroncamento. Até aí tudo bem. Mas depois finaliza com a indicação explícita de quatro ou cinco clubes e depois diz, “e os outros”. Eu só pergunto: dos maiores, aos mais pequenos, não fazem todos um trabalho para a cidade? Temos cá clubes de primeira, de segunda e de terceira? -----

--- Não sei quem construiu o ofício, mas acho isto lamentável. -----

--- Portanto, agradecia que fosse efetuado um pedido de desculpas aos outros clubes que não foram mencionados e terem um bocado mais de cuidado quando se dizem estas coisas para o público. -----

--- **Senhor Presidente da Assembleia:** Muito obrigado senhor Fernando Barbosa. Eu vou ler a ata da Assembleia a que se refere, porque eu, como Presidente da Assembleia, cumpro o que a Assembleia decide e sou muito leal àquilo que a Assembleia decide. Os senhores deputados fazem declarações, o senhor deputado disse que deveria ser enviado o conteúdo que foi tratado, a todas as Associações. Eu sou o responsável pelo texto, li o texto e até me parece um texto bem construído, efetivamente. Mas vejamos o texto da ata hoje aprovada agora: “Ata n.º 7 – Senhor deputado Pedro Gonçalves: “*Parabéns à UFE- União Futebol Entroncamento, não só pela subida de divisão, mas também pelo campeonato nacional da 3.ª divisão que ganhou. --- Parabéns ao EAC – Entroncamento Atlético Clube pela Subida à 1.ª Divisão Distrital. --- Parabéns ao CLAC – Clube de Lazer, Aventura e Competição, pelos resultados que obteve na Nataçã o e no Atletismo, nos campeonatos nacionais, com conquistas de medalhas para a nossa cidade.* -----

--- *Parabéns ao CADE-Clube Amador De Desportos do Entroncamento, por ter sido Campeão Distrital de Infantis de Futebol 9. De salientar as meninas que foram Campeãs Distritais de*

Infantis (também a igualdade de género, tão falada), já se começa a conseguir ter futebol feminino na nossa cidade. -----

--- *Parabéns ao KOA Kempo que, este fim de semana, conseguiu 12 campeões nacionais, 5 vice-campeões e 1 medalha de bronze*”. -----

--- Eu limitei-me a transcrever o que foi dito e estava com receio que me tivesse esquecido de alguma associação aqui mencionada, o que não foi o caso. No entanto, foi feita uma menção elogiosa, ao papel de todas as associações, coletividades, clubes, etc. e foram destacados, como exemplo naquele momento, estes casos. Foi aquilo que lá coloquei. Portanto, não posso pedir desculpa, porque, como é meu dever, eu só transcrevi aquilo que foi aqui falado. -----

--- Eu tenho o maior respeito pelo Parafuso e por todas as Associações. O Parafuso até é uma das que eu mais conheci em tempos, a minha filha até praticou lá Karaté. É a explicação que eu posso dar, não posso fazer mais nada. Eu não podia estar aqui a inventar aquilo que os senhores deputados não disseram. Escrevo o que os senhores deputados dizem e vai ser sempre assim. -

-----ORDEM DOS TRABALHOS-----

PONTO NÚMERO UM

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO ao abrigo da al.ª c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

---Foi feita a seguinte intervenção: -----

--- **Pedro Gonçalves (CDS):** “A Travessa do Chaimite foi intervencionada. Segundo o excelentíssimo vereador não inscrito, foi dito nas redes sociais, que tinha sido por intervenção dele, que tinha sido a pedido dele que tinha sido resolvido o problema na Travessa do Chaimite. Gostava que o Senhor Presidente confirmasse e ficasse registado em Ata, se foi ou não por intervenção do senhor vereador não inscrito. -----

--- O Casal Vaz, foi-me reportado que as passadeiras estão em péssimo estado. Para quem não sabe, o Casal Vaz tem um colégio que antes era o Colégio dos Navegantes e hoje é o Colégio Andrade Corvo. Escola e passadeiras em mau estado, não me parece uma conjugação muito boa. -----

--- Gostaria de saber como está o projeto da CCTV para a nossa cidade, sistema de vídeo vigilância. -----

--- Também referir que vimos algumas declarações acerca da Esquadra e gostaríamos de saber o ponto de situação e o porquê de o processo não estar a andar”. -----

--- Em resposta, o **Senhor Presidente da Câmara** disse: -----

--- “Queria começar por referir alguns aspetos que me parecem relevantes da atividade desenvolvida e que está esplanada na informação que foi divulgada a todos os senhores deputados. -----

--- Vou apenas dar aqui alguma informação sobre algumas questões ou alguns cometários que foram colocados. -----

--- Começo pela última questão do senhor deputado Pedro Gonçalves, que diz que quer uma resposta. O senhor deputado Pedro Gonçalves sabe, até melhor do que eu, provavelmente, que o Regimento diz que as perguntas devem ser colocadas por escrito, com antecedência, para poderem ser respondidas. -----

--- Mas eu vou fazer um esforço para responder, porque eu chego à conclusão de que os senhores deputados, se quisessem de facto ajudar a resolver os problemas, tinham enviado um simples e-mail com algumas questões e eram resolvidos os problemas, ou eram respondidos. Mas, provavelmente, como não têm assuntos de grande importância da nossa cidade, recorrem aqui a um conjunto de situações que me faz impressão como é que os senhores deputados perdem tanto tempo e não nos mandam simplesmente um e-mail, ou vão à APP do Município

e dizem “uma grelha em tal parte precisa ser repara” “há uma passadeira em tal sítio que está em mau estado” e nós avaliamos e vamos melhorando, como tem sempre acontecido. -----

--- Relativamente às questões colocadas pela deputada do Bloco de Esquerda, o que posso dizer é que o Cineteatro tem um serviço educativo, tem atividades regulares e é pena não conhecer. Quando quiser, terei todo o prazer em informá-la. E também tem uma programação, ainda hoje aprovei a agenda para o próximo trimestre. Portanto, tem uma programação regular, assente justamente em agendas trimestrais. Se é do seu agrado, ou não, por vezes gostamos de coisas diferentes, melhores ou piores, mas tem de facto uma programação que eu acho de grande qualidade, dentro daquilo que são os equipamentos e aquilo que são as condições do nosso Município. É pena que, às vezes, muitas das atividades não tenham tanto público como nós gostaríamos que tivessem. Mas isso fica para cada um. -----

--- Relativamente ao Estúdio 121, este, de sala de cinema, só tem o nome, mais nada. É um espaço que não tem qualquer condição para fazer os tais cinemas de autor, como disse. Tem sido pontualmente usado por algumas atividades pontuais, algumas reuniões, ou apoio a Associações e, neste momento, está a servir de base logística à estrutura de filmagens que estão a ser preparadas para decorrerem no Entroncamento, nos meses de outubro, novembro e dezembro. Um filme de realização de um jovem cineasta da nossa cidade, o Pedro Cabeleira. --- Portanto, pelo menos até janeiro, estará ocupado nesse apoio a esse projeto. Um projeto muito interessante e que diz muito à nossa cidade. É sobre uma mulher que vem para a nossa cidade e aqui faz a sua vida. -----

--- Portanto de sala de cinema, o Estúdio 121 só tem o nome e não tem qualquer condição para passar cinema. Não tem agora, nem tinha quando foi adquirido. E eu nunca percebi como é que a Câmara Municipal de então adquiriu aquele edifício. Nós ainda o estamos a pagar. -----

--- Nós honramos os compromissos, mas nunca percebi como é que um executivo da Câmara Municipal adquire um espaço daqueles, que já na altura não tinha qualquer condição para ser sala de cinema. -----

--- Os senhores do PSD colocaram aqui uma série de questões, fizeram uma série de comentários, mas há um comentário, que foi também colocado pelo senhor deputado da CDU, que não passam de comentários. E o senhor deputado da CDU tem de ter melhor informação. Porque os lugares de mobilidade reduzida, são lugares nominativos, não são públicos. Por acaso, nós optámos por não colocar a matrícula do carro, só para evitar que o detentor desse direito, mudasse porventura de carro, não ter de fazer um novo pagamento. Mas os lugares não são públicos. -----

--- O senhor deputado, se quer fazer tantos comentários dessa natureza, será bom que se documente, no mínimo sobre essa matéria. Se não souber pergunte, que nós informamos. -----

--- Mas é muito simples, fui eu que fiz a proposta, que enviei a proposta para a Câmara e fui eu que entendi que aquela proposta, face a algumas situações de natureza social, tinha necessidade fosse melhor qualificada. E como faço normalmente, quando isso acontece e naquela reunião foram pelo menos três situações, três pontos. Eu retirei o ponto e já está agendado para a próxima reunião com uma informação dos Serviços Sociais. Não vejo onde é que está aqui esta polémica toda. Na próxima reunião vai o ponto e será aprovado ou não. Não percebo todo este “fait divers” em torno desta matéria. Enfim, de facto não têm coisas muito importantes, negativas, sobre a nossa cidade. -----

--- O senhor deputado, se não estou em erro, Pedro Gonçalves, fez uma afirmação de que esta Câmara tem uma maior taxa de pedidos de mobilidade. É de facto uma afirmação que não tem qualquer sustentação. E o senhor deputado, perante o executivo e esta Assembleia, tem a obrigação de enviar informação concreta de que isso acontece. -----

--- Já agora, e como falou na região, pode escolher, só o Médio Tejo, ou o Ribatejo, ou o Distrito de Santarém. O que quiser. Compare com uma região e dê-nos essa informação objetiva e, se estiver certo, eu peço-lhe desculpa. Mas não está. -----

--- Relativamente à questão mais séria, do processo de videovigilância, penso que já tive ocasião de referir, na última Assembleia, que o processo não se resolve em dois meses. Só quem não tem conhecimento da realidade e da complexidade deste processo é que vai achar que sim. -----

--- Neste momento estamos à espera que a PSP distrital dê seguimento. Nós já assumimos, na consequência das decisões que foram tomadas nesta Assembleia e na Câmara Municipal, eu reuni com a PSP e estamos à espera que a PSP distrital nos envie uma proposta de procedimento. -----

--- Temos de olhar para outras cidades que já têm, como Leiria. E vão perguntar quanto tempo é que demorou o processo a ficar concluído. -----

--- Santarém também já iniciou o processo há mais tempo que nós e está no mesmo nível de evolução que nós. -----

--- Portanto, são processos que, pela sua complexidade jurídica e técnica, são demorados e, neste momento, estamos à espera de uma resposta concreta por parte do Comando distrital da PSP. -----

--- Quanto à situação da Esquadra, é aquela que eu penso já aqui referi na última reunião da Assembleia. Nós temos o projeto de arquitetura, o projeto de especialidade, o projeto de execução, aprovados pela Câmara, pelo MAI, pela Secretaria de Estado da Administração Interna, pela Direção Nacional da PSP e estamos neste momento a aguardar, e já estamos a aguardar há algum tempo e eu tenho insistido regularmente com a Secretaria de Estado da Administração Interna, a libertação de verbas, para podermos assinar o contrato interadministrativo, que é a peça que falta para podermos lançar a empreitada. Só depois de termos a libertação de verbas por parte do Governo, que é o compromisso que o Governo assinou connosco no contrato que estabelecemos, é que nós podemos assinar o contrato interadministrativo, que nos permitirá lançar a empreitada. -----

--- Houve o problema do atraso da aprovação do Orçamento de Estado para o ano de 2022, pela situação que todos nós conhecemos – ter havido eleições para o novo governo - e, neste momento, estarão a redefinir os montantes e espero que, mesmo antes da reunião que vamos ter, eu e o senhor Presidente da Assembleia, com a senhora secretária da Administração Interna, espero termos a informação do desbloquear dessas verbas. Porque assinar o contrato interadministrativo, será uma coisa rápida. Portanto, assinado o contrato interadministrativo, estaremos em condições de avançar a empreitada. -----

--- Houve aqui ainda uma ou duas coisas que eu não posso deixar passar em claro. Uma delas é que os meninos da Escola do Bonito estão no corredor. Senhor deputado, não sei se acompanha a sua filha, mas se acompanha, está mal informado. Isso aconteceu no primeiro dia, por uma má organização do espaço, mas foi de imediato corrigido. Além disso, devo dizer que as CAF's, em termos de legislação, deveriam, preferencialmente, funcionar no exterior da escola. Nós não concordamos com isso e temos, desde sempre, procurado que funcionem dentro da escola. -----

--- A Escola do Bonito ainda não está para além da sua capacidade. Houve alguns espaços que foram reutilizados. Eu não sei se o senhor deputado queria que nós continuássemos com as crianças, inclusive a sua filha, na Escola Sofia Mello Breyner! Eu, se tivesse lá um filho e se tivesse o relatório de um laboratório da máxima credibilidade nacional e internacional, a dizer que aquela escola não tinha condições de segurança, eu não punha lá o meu filho nem mais

uma hora. E foi isso que eu fiz enquanto Presidente da Câmara. Foi por isso que as crianças saíram de lá. Não foi porque o Executivo tivesse algum interesse nisso, ou tivesse interesse em acomodar os miúdos nas outras escolas. -----

--- Portanto, acho que isso é de uma injustiça, de uma falta de visão institucional, andarem com esses comentários, que eu acho lamentável. A única coisa que nos preocupou foi a segurança das crianças. E, neste momento, posso dizer-lhe que não há nenhuma escola que esteja para além da sua lotação. Isto não são opiniões, são factos. -----

--- A outra questão que referiu, relativamente à Escola Básica Sofia de Mello Breyner, neste momento, nós lançámos a empreitada e o que aconteceu, infelizmente, e está a acontecer com muitas obras públicas, é que ficou vazia, porque não houve propostas válidas. Só para ter uma ideia, nós lançámos uma empreitada por dois milhões de euros e os preços de referência, de acordo com os preços de referência do Ministério da Educação, seriam valores à volta de um milhão e meio. Nós já lançámos uma empreitada por dois milhões e tivemos o preço mais baixo, próximo dos três milhões. -----

--- Neste momento estamos a reavaliar o processo, estamos a trabalhar no sentido de lançar nova empreitada. E como uma pessoa nossa conhecida que é empresária nestas áreas me dizia, os preços vão baixar e, é verdade, os preços têm de baixar, porque isto assim, é uma euforia que não tem qualquer explicação lógica. -----

--- Esta é a realidade e estamos a trabalhar nesse sentido. O projetista já refez o projeto e estas coisas demoram o seu tempo, mas esperamos que durante o mês de outubro possamos ter uma solução para dar seguimento a isto. -----

--- Não queria deixar de responder à questão colocada pelo deputado Pedro Gonçalves: quem é que pediu para melhorar a Travessa do Chaimite? Eu coloco-lhe uma questão e peço-lhe justiça da sua parte. Pense bem quantas travessas havia em mau estado, quando nós chegámos ao Entroncamento e quantas é que tinham boas condições? Ou seja, é um trabalho sistemático que temos vindo a fazer. Lá ao pé, estão pelo menos duas, que eu me lembre. -----

--- Portanto, é um trabalho sistemático que temos vindo a fazer e a Travessa do Chaimite é também um exemplo. Houve uma intervenção nesse sentido, do senhor vereador independente, Luís Forinho, que eu apreciei e que também ajudou a concretizar aquilo, mas não foi porque ele pediu. Há aqui situações, como a que há pouco o senhor deputado referiu, da grelha que não está em condições. Já poderia ter indicado na APP e os Serviço já sabiam que tínhamos de substituir. Mas nós vamos substituir a grelha, pois sempre que nós detetamos que há uma situação que esteja em desconformidade, temos mudado. Portanto, peço-lhe que faça essa justiça. Nós temos melhorado as travessas desta cidade, de forma a terem dignidade e foi o que aconteceu com a Travessa do Chaimite. -----

--- Queria também dar-vos aqui dois ou três pontos relativamente a este período. -----

--- Estivemos aqui nesta sala, no passado dia doze de setembro e o senhor Ministro da Educação distinguiu o Entroncamento com a sua presença na abertura do ano letivo. Continuamos a ter uma grande preocupação, não só em melhorar a educação na nossa cidade, mas também que todos os miúdos, todas as crianças, tenham o mesmo acesso, a mesma facilidade de acesso, independentemente das suas condições socioeconómicas. -----

--- Queria também dizer-vos que o esforço é grande, até porque nós continuamos a ter um crescimento significativo de crianças. A população escolar aumentou cerca de 10% relativamente ao ano passado. -----

--- Continuamos a ter um número elevado de miúdos oriundos de países estrangeiros. Temos neste momento cerca de 17% dos miúdos são filhos de imigrantes, alguns dos quais com dificuldades até na própria comunicação na língua portuguesa. E isso exige a todos os

operadores, aos professores, aos auxiliares de educação, à equipa multidisciplinar que a Câmara tem e que vai apoiando nas várias escolas, um esforço muito maior para a integração destas novas comunidades que nos escolhem para viver. -----

--- Houve também aqueles problemas que existem no início do ano letivo, mas também dar-vos conta de que, com a consumação da transferência de competências na área da educação, nós neste momento temos cerca de cento e dois funcionários nas escolas, que é quase um terço do total de funcionários do Município, são funcionários ao serviço das escolas. Portanto, é um esforço elevado, que nós assumimos com todo o sentido da importância, para nós, da educação.

--- Um pormenor que também é importante, nós aceitámos a transferência na área da educação, depois do Ministério ter assumido que a Escola Secundária estaria incluída no mapeamento das escolas que serão alvo de reabilitação. E isto faz toda a diferença. É que estando incluído nesse mapeamento, o financiamento da reabilitação da Escola Secundária será da responsabilidade da Administração Central. -----

--- Relativamente à transferência de competências na área de Ação Social, que aliás, é um ponto aqui da nossa ordem de trabalhos, queria dizer-vos que, durante este período, tomou posse o Conselho Municipal de Segurança, na sequência do processo que culminou com a aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, que foi publicado nos finais de julho, no Diário da República. A partir daí, eu, enquanto Presidente de Câmara, e como sabem alguns dos membros que pertencem ao Conselho são por inerência e há outros que são representantes ou de estabelecimentos de ensino privados, ou de associações culturais, associações sociais, etc. promovi reuniões com essas entidades, que elegeram os seus representantes e o Conselho Municipal de Segurança tomou posse, como diz a Lei, perante a Câmara Municipal, no passado dia 20 de setembro. -----

--- A primeira reunião plenária do Conselho, vai ser marcada durante a segunda quinzena de outubro. -----

--- Também queria referir o facto de neste período terem sido concluídas empreitadas muito importantes do ponto de vista da sustentabilidade e das acessibilidades. -----

--- Concluimos a iluminação pública, incluindo semáforos e grande parte dos edifícios municipais estão com iluminação *Led*, com as poupanças que daí resultam, que são na ordem dos 30%. Nós antecipámos as poupanças, ou seja, há hoje uma série de municípios a anunciar um conjunto de redução de horas de iluminação e nós, com este trabalho, conseguimos poupanças na ordem dos 70% de iluminação pública e também já tínhamos diminuído a iluminação dos edifícios públicos até à meia-noite. -----

--- Também se fez a receção da ARU3, e, tão importante quanto isso, não só pela envolvente em torno da ARU3, mas também já se concluíram as Hortas Municipais, aprovou-se o Regulamento, fez-se a atribuição das Hortas Municipais. São 23 hortas e houve 21 candidatos e, portanto, há 2 hortas livres. Temos neste momento uma proposta, por parte da CLDS, que me parece muito interessante, para a atribuição da horta; iremos avaliar, em termos regulamentares, dessa possibilidade. -----

--- Respondendo ainda ao senhor deputado Ricardo Antunes, os dois projetos importantes para a mobilidade, as bicicletas partilhadas e a substituição da frota dos TUR's por viaturas elétricas. Neste último caso, nós já encomendámos as viaturas, vamos receber três autocarros este ano e o quarto em janeiro de 2023. Portanto, em janeiro/fevereiro, toda a nossa frota será substituída por autocarros elétricos, com as consequências que tem em termos da sustentabilidade e questões energéticas, hoje tão importantes. -----

--- Quanto às bicicletas partilhadas, estamos a aguardar. Há hoje uma dificuldade enorme no mercado, em termos de fornecimento de bicicletas e temos estado a trabalhar com o fornecedor

que ganhou o concurso, já há cerca de dois meses, para que possam ser rapidamente fornecidas essas bicicletas. Aqui, claramente, por falta de capacidade de produção nacional. Talvez porque muitas delas também são exportadas. -----

--- Mas este processo também não é um processo isolado, como o senhor deputado também sugeriu, nós estamos a trabalhar para que, por exemplo, o cartão dos miúdos, o cartão da escola, possa servir para o TURE, para as bicicletas, para as piscinas ou para a biblioteca. É um projeto que está a ser trabalhado e que será posto em prática também nessa altura. E, obviamente, que também iremos desenvolver uma APP para esse uso. -----

--- Também é verdade que nós temos vindo progressivamente a procurar novos públicos para os transportes urbanos. É isso que temos tentado fazer. Quer reduzindo as tarifas a pessoas com mais de setenta e cinco anos e, os jovens até aos 29 anos, no Entroncamento, viajam gratuitamente nos transportes urbanos. -----

--- Também gostaria de referir um conjunto de projetos que estão a ser desenvolvidos, como por exemplo o projeto “Olá Bebê”, entre outros. -----

--- Uma palavra também para o senhor Fernando Cordeiro que apresentou aqui o seu testemunho em relação à estratégia local de habitação. -----

--- Ele encabeçou uma iniciativa que eu acho que é de louvar, onde um grupo de cidadãos expressaram a sua opinião, fizeram um abaixo-assinado, eu recebi-os, ouvi as pessoas e vou responder por escrito ao Abaixo-Assinado. -----

--- Mas queria desenvolver aqui aquilo que transmiti e, tal como disse quando os recebi, aquilo que eu lhes disse ia sair sob a forma editorial do boletim que já está nas vossas casas. E, portanto, a resposta que eu tenho de dar ao senhor Fernando Cordeiro e a todos os outros que fizeram esse abaixo-assinado é que: -----

--- Primeiro, é importante a participação cívica e eu agradeço essa participação; -----

--- Segundo, eu estou disponível para fazermos, se assim o entenderem, uma sessão específica para discutir a estratégia local de habitação, nesta sala, aberta ao público. -----

--- Neste momento, eu poderia repetir o que está escrito, apelo para que leiam o editorial, mas só aqui um pormenor, não são oitenta e tal casas que vamos fazer lá nos oito prédios. São sessenta e quatro apartamentos. Nós vamos dividir o Bairro Frederico Ulrich em três núcleos habitacionais, um deles com sessenta e quatro fogos, na zona das Gouveias. E chamo a atenção de que é exatamente o mesmo número dos apartamentos dos blocos da Rua General Humberto Delgado, que hoje é um núcleo habitacional que não dá qualquer tipo de problemas. -----

--- Chamo também à atenção que, e também está aqui escrito, o Bairro Frederico Ulrich tinha cento e vinte casas. Já demolimos dezoito e só oitenta e sete é que têm famílias e dessas oitenta e sete, apenas vinte e seis estão ocupadas por cidadãos de etnia cigana. -----

--- Portanto, há uma realidade que nós temos bem estudada, que temos vindo a intervir de forma estratégica, de forma pensada. E, não é só na construção, mas também no espaço urbano, diariamente nas questões de educação, nas questões de abordagem de trazer essas pessoas para a nossa convivência, de forma que todos possamos viver nesta cidade, com o respeito pelas individualidades de cada um. -----

--- É aquilo que nos motiva é darmos todos nós o nosso contributo para termos uma cidade melhor.” -----

PONTO NÚMERO DOIS: -----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TAXA DE DIREITO DE PASSAGEM (TMDP) PARA O ANO DE 2023, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado como anexo I à Lei

n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo Regime Jurídico, e na alínea n) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

--- O Presidente da Assembleia introduziu este ponto: De acordo com a ANACOM, a Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE) estabelece que os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipais podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) e à remuneração prevista no Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio. Esse percentual é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, não podendo ultrapassar 0,25%. Seguiu-se a seguinte intervenção: -----

--- **Bruno Melo (CDU):** Acerca deste ponto, evidentemente que vamos votar favoravelmente. Não deixa de ser uma receita do nosso município e devemos poder repartir estes proveitos dos operadores com o município. -----

--- Contudo, existem outras estratégias que são seguidas noutros município e que gostávamos que pudessem estar em cima da mesa. Existem municípios que prescindem desta taxa de direito de passagem, negociando assim com os operadores a passagem subterrânea dos cabos e isto, tem a ver com o que eu disse há pouco, que é o aspeto da nossa cidade. -----

--- Se tirarmos os olhos do chão, podemos ver a quantidade de cabos aéreos que existem na nossa cidade e que, com o tempo, ou caem, ou deixam de ser utilizados e ficam pendurados. Olhamos para as fachadas dos prédios e isto não se coaduna com uma sociedade, ou uma cidade do século XXI. -----

--- Neste sentido, reiteramos o nosso voto favorável a este ponto, contudo, apelamos à negociação com os operadores e, porventura a puder prescindir desta receita, que não se coaduna, que não se compatibiliza com os danos causados em abertura de valas ao lado de outras infraestruturas existentes, ou com a má decoração da cidade e que poderia ser evitável com uma negociação com os operadores. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS-----

--- Submetido a votação, o documento foi aprovado por unanimidade, com oito votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, dois votos dos senhores deputados independentes Carlos Monteiro e Fernando Farinha e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO TRÊS-----

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANTECIPAÇÃO DO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS - ANO 2022 - AÇÃO SOCIAL, nos termos do n.º 5 do art.º 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto, dando a palavras ao senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

--- **Presidente da Câmara:** Só para dizer que esta antecipação, que até foi uma solicitação do diretor regional da Segurança Social, que os três Município, Entroncamento, Vila Nova da Barquinha e Constância, aceitássemos as delegações competências na mesma altura, dado que há projetos em conjunto, e se nós tínhamos disponibilidade de poder antecipar para novembro, porque assim deixava de haver tanta pressão no início do ano e era mais fácil para os serviços porem a funcionar. Foi esta a única razão e nós não temos qualquer problema em antecipar. --

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS-----

--- Submetido a votação, o documento foi aprovado por maioria, com oito votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, um voto a favor do Centro Democrático Social, uma abstenção do Bloco de Esquerda, um voto contra da Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos deputados independentes Carlos Monteiro e Fernando Farinha, e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO QUATRO-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZOS PARA INVESTIMENTO, ao abrigo do disposto da alínea f) do n.º 1 no art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo deste modo que o “Empréstimo a Médio e Longo Prazos para Investimento”, no valor até 1.250.000,00€, referiu tratar-se de: -----

- Autorizar a assunção dos compromissos plurianuais inerentes aos investimentos em causa nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6 da Lei N.º 8/2012 de 21 fevereiro; -----

- Conceder a autorização prévia para o desenvolvimento destes projetos nos termos do n.º 2 do art.º 51 da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro; -----

- A Câmara Municipal aprovou este assunto, por unanimidade, nas reuniões de 06 e 20 de setembro de 2022. -----

---Intterveio o **Senhor Presidente da Câmara**: “Penso que a informação está clara. Trata-se de um financiamento para a construção das novas oficinas em dois lotes do novo Parque Empresarial. -----

--- A maior parte deste investimento não será financiado por fundos comunitários, teremos de alavancar com financiamento bancário”. -----

--- Pediu a palavra o deputado **Pedro Gonçalves**: “Eu sou uma pessoa acessível a escutar as reuniões de câmara, mas mesmo assim, neste momento, mete-me um pouco de espécie, com um mercado financeiro tão volátil e com anúncios sucessivos de aumentos das taxas de juros. Eu ouvi a explicação do senhor Presidente e não consegui perceber. Gostava que pudesse explicar aqui porque é que não vamos, por exemplo, por uma taxa fixa. Porque havendo neste momento um tão grande agravar dos juros, podemos acabar o final deste mandato, se a circunstância internacional não mudar, com uma taxa de juro elevadíssima e inoportável para o Município. -----

--- Gostava que o senhor Presidente do Município me pudesse esclarecer, que é uma pessoa muito mais informada nesse aspeto, e desse também a este fórum todo essa explicação, para que eu possa votar favorável, ou abster-me, ou votar contra.” -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu: “O esclarecimento que posso dar passa por dois comentários. -----

--- Primeiro, diga-me quantos financiamentos a Câmara Municipal, nos vários Presidentes, nos vários mandatos, foram com recurso a taxa fixa? -----

--- Segundo, acha que os bancos, quando vão propor uma taxa fixa, para um período, por exemplo, de 15 ou 20 anos, vão fazer uma taxa fixa, em que agora fica baratinha? Não, eles vão fazer os cálculos deles, vão ter em conta a inflação, vão ter em conta as taxas e vão decidir uma taxa fixa e, a probabilidade de perder com essa taxa fixa, é muito grande. Porque os bancos têm lá muitos especialistas nessa matéria e não vão definir modelos em que eles perdem e nós ganhamos. -----

--- Portanto, numa taxa variável, a taxa de referência sobe, esta taxa também sobe, a taxa de referência desce, desce o valor do juro a pagar. Do ponto de vista da segurança do investimento para uma entidade pública, para um investimento público, o que nós queremos é o máximo de

segurança. Estamos aqui a gerir dinheiros públicos e, portanto, a consistência das decisões, tem de ser nessa base. Isto é tudo o que eu posso explicar e você tem o direito de achar que não”. -

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO-----

--- Submetido a votação, o documento foi aprovado por unanimidade, com oito votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, dois votos dos deputados independentes Carlos Monteiro e Fernando Farinha, e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- **Pedro Gonçalves (CDS) fez a seguinte declaração de voto:** -----

--- “Não votei contra, nem me abstive, pela premência deste assunto. Porém, que fique registado que, para o CDS e para o deputado Pedro Gonçalves, seria mais confortável ter seguido, pelo menos, uma proposta com uma taxa fixa.” -----

--- **Nuno Horta (PSD) fez a seguinte declaração de voto:** -----

--- “A Bancada do PSD votou favoravelmente sobre este tema, conhecendo os fins a que o mesmo se destina. No entanto, não deixa de nos levantar preocupação o somatório de empréstimos que o Município vem acumulando e que, provavelmente, ainda irá acumular nos próximos anos. Especialmente pela situação em que os mercados estão atualmente.” -----

PONTO NÚMERO CINCO-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA REVISÃO DO REGULAMENTO DO PARQUE EMPRESARIAL PUBLICADO EM DR 2.ª SÉRIE N.º 134 DE 16 DE JULHO DE 2019, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

--- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o Ponto e foram feitas as seguintes intervenções: -----

--- **Bruno Melo (CDU):** “Acerca deste ponto quinto, gostaríamos de solicitar que este ponto fosse retirado de votação e agendado para a próxima sessão reunião da Assembleia Municipal, porque por uma dificuldade que tivemos na interpretação do ponto, pedimos também hoje, há cerca de quatro, cinco horas, informação que nos parece errada e que, salvo melhor opinião, nos leva a pedir que este ponto seja retirado da votação e levado à próxima reunião da Assembleia Municipal.” -----

--- Interveio o senhor **Presidente da Assembleia:** “A mim parece-me que o ponto é claro. De facto, esta tarde vi uma nota do Executivo que foi retificada logo depois. Mas o ponto é claro e eu peço ao senhor Presidente da Câmara que dê uma explicação sobre o que está em causa.”

--- **Presidente da Câmara:** “A questão é bem clara. O que nós estamos a propor é que o Regulamento do Parque Empresarial deixe de ter um ponto 4, salvo erro, no artigo 6.º, em que limitava a altura do edificado. É tão simples como isto. -----

--- Na altura, foi entendido colocar-se essa limitação no Regulamento, mas já chegámos à conclusão de que essas limitações não existem em nenhum regulamento e, não havendo essa limitação no Regulamento do Parque, aplica-se o PDM que é aplicável. E, portanto, para flexibilizar essas situações, e por comparação com outros regulamentos, nós entendemos retirar essa limitação. -----

--- Interveio o **senhor Presidente da Assembleia:** “O que estamos a votar é claro. É a questão da altura. O que vem aqui a votação, esta alteração, é uma coisa concreta e muito clara, certo?”

--- O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu: A resposta é muito simples. Numa fase de discussão pública do PDM, como é aquela em que estamos, qualquer projeto é sempre avaliado tendo em conta o PDM atual e as condições do PDM futuro. Isso acontece com todas as situações neste momento, que apareçam neste período de discussão pública”. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO:-----

--- Submetido a votação, o documento foi aprovado por maioria, com oito votos do Partido Socialista, seis abstenções do Partido Social Democrata, um voto a favor do Bloco de Esquerda,

um voto a favor do Centro Democrático Social, um voto contra da Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos deputados independentes Carlos Monteiro e Fernando Farinha, e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO SEIS-----

---- DIPLOMA LEGAL COM VISTA À ALTERAÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 38/2005 DE 17 DE FEVEREIRO, QUE INSTITUI A FUNDAÇÃO MUSEU NACIONAL ARMANDO GINESTAL MACHADO -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**: “Está a decorrer, há mais de um ano, a revisão dos estatutos da Fundação Museu Nacional Ferroviário. Tinha já sido consensualizado um estatuto, inclusive com a tutela e com o Governo e, de repente, houve uma alteração substancial dessa proposta que, a meu entender, deveria levar a que os órgãos se pronunciassem. E, por isso, foi apresentado à Câmara, que votou, por unanimidade, penso eu, esta proposta de pronúncia. -----

--- Foi a proposta de pronúncia que eu enviei para o senhor Secretário de Estado, para o Conselho de Ministros, para a Associação Nacional de Municípios e para a Fundação. A própria Associação Nacional de Municípios enviou para a presidência do Conselho de Ministros a pronúncia que aqui está presente à Assembleia. Vamos aguardar agora.” -----

--- Interveio o senhor **Presidente da Assembleia**: “Pelo que eu li e entendi, parece que se pede à Assembleia um parecer favorável.” -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu: “Reparo agora que este ponto está na Ordem de Trabalhos para conhecimento, mas parece-me que a Assembleia devia pronunciar-se sobre este ponto, pois esta pronúncia acabava com: *“Proponho que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal tomem conhecimento e deliberem emitir parecer negativo...”* -----

--- Confesso que só agora é que vi que o ponto estava para conhecimento. Mas a proposta que veio foi aprovada na Câmara. E entendo que é muito importante que a Assembleia tome uma posição o mais consensual possível. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** retirou este ponto da Ordem de Trabalhos, referindo que o mesmo virá à próxima sessão da Assembleia Municipal, para aprovação. -----

--- Concluiu assim os Trabalhos, agradecendo a presença de todos os deputados, Presidentes das Juntas de Freguesia e público, assim como aos funcionários do Município que aqui estiveram e fizeram um esforço para que esta transmissão chegasse a todos os Entroncamentenses. -----

--- Todas as deliberações desta Sessão Ordinária foram aprovadas em minuta, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos. -----

--- A presente ata, depois de lida e visada, vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pelos restantes membros da Mesa. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: